

Dora Kramer*

Pressões põem em xeque funcionamento de CPIs

Pode ser coincidência ou mera impressão, mas que determinadas atitudes de ministros do Supremo e dos presidentes da Câmara e do Senado espalham um aroma de operação abafa no ar de Brasília, isso é evidente.

No STF anulam-se quebras de sigilo aprovadas em comissões de inquérito e liberam-se convidados e convocados de comparecer a CPIs enquanto no Congresso o deputado Hugo Motta (Republicanos) e o senador Davi Alcolumbre (União Brasil) interditam a prorrogação da CPMI do INSS e impedem investigações sobre o Banco Master.

Os argumentos apresentados têm lá seus fundamentos, mas o resultado prático é que a prerrogativa dos parlamentares de fazer investigações no âmbito político está sendo cassada. Muito se diz sobre a perda de utilidade de comissões de inquérito, usadas como meio de exibicionismo e outras razões mais gravosas.

É verdade, mas essa deformidade não será corrigida a poder da imposição de restrições que paralisam os trabalhos e aprisionam as CPIs na condição de mero circo. Quando parlamentares sérios são

impedidos de fazer o que lhes confere a Constituição, uma das funções do Poder Legislativo é revogada pela falta de uso.

Pode ser só impressão, mas parece que há interesses escusos no descrédito das comissões de inquéritos. Se há os baderneiros que tumultuam o ambiente, que o comando do Parlamento tome providências contra eles. Ou a gritaria, a pancadaria e os abusos não configuram quebra de decoro?

Não fosse a visibilidade dessas comissões, não teríamos a cassação dos anões do Orçamento, a descoberta do Fiat Elba que derrubou Fernando Collor, as condenações do mensalão a partir dos depoimentos na CPI dos Correios. São exceções e, como tais, justificam a regra desse tipo de investigação.

Poderia ser, mas não é coincidência que daqueles tempos para cá não tenhamos visto efetividade nos inquéritos parlamentares. Em parte, por culpa dos próprios; em grande parte — talvez a maior— devido a interferências travestidas de respeito ao devido processo legal.

*Jornalista e comentarista de política

Paulo César de Oliveira*

O STF tem que resgatar a seriedade

É realmente inacreditável o que vem acontecendo com o STF — Supremo Tribunal Federal — nos últimos tempos. O órgão máximo do Judiciário brasileiro foi durante muito tempo inatacável, sob todos os sentidos, pela condução isenta — algumas vezes questionada dentro dos aspectos jurídicos, é verdade — de todos os problemas sérios pelos quais este país passou, passa agora a ser atacado por todos os lados.

Há sim, não se pode desprezar, fogo vindo da radicalização política que visa desmoralizar o órgão como forma de tornar questionáveis suas decisões envolvendo políticos, mais diretamente as condenações pelo 8 de janeiro. Mas nem tudo se explica pela radicalização.

Algumas questões envolvendo ministros — os mais atacados são Alexandre de Moraes e Dias Toffoli e o decano Gilmar Mendes — precisam ser bem esclarecidas, não deixar dúvidas na sociedade. Afinal, ao STF cabe a palavra final em praticamente tudo neste país e suas decisões precisam ser respeitadas. Este é outro problema. Poucos, muito poucos, são os que têm noções

jurídicas, mas muitos, a imensa maioria, são os que vestem uma toga imaginária para questionar, acusar e colocar sob suspeita as decisões judiciais. Somos, enfim, um país de “juristas”. Mas até aonde vai a atual situação? Algo precisa ser feito para restabelecer a confiança no STF e no Judiciário de uma forma geral.

O ministro Edson Fachin, atual presidente do órgão, tentou articular um Código de Ética, mas inexplicavelmente encontrou resistência entre os ministros. A ideia está viva, mas não avança. Nenhum dos ministros acusados de desvios éticos aceita a ideia da renúncia. E a oposição não diminuirá a carga de acusações, certamente até conseguir o objetivo que parece ser a anistia para os condenados pela tentativa de golpe. Mas, e depois? Temos um Executivo desacreditado — qualquer que seja ele —, um Legislativo achincalhado. Agora é o Judiciário. Situação ideal para os golpistas de plantão.

*Jornalista e diretor-geral da revista Viver Brasil

EDITORIAL

Passageiro não pode esperar manobras de gabinete

A mobilidade urbana de Campinas atravessa um momento crítico onde a paciência de quem depende do ônibus atingiu o limite absoluto, e a proposta enviada pela prefeitura à Câmara soa como um desrespeito direto ao cidadão, que enfrenta diariamente atrasos sistemáticos, veículos quebrados, frotas reduzidas e o perigo real de incêndios em unidades sucateadas.

O governo municipal apresentou um projeto de lei que abre brecha para estender a transição do sistema de transporte por até três anos, o que na prática pode empurrar a entrada efetiva das novas operadoras apenas para 2029.

É inaceitável que, após realizar o leilão e definir as empresas vencedoras para os lotes norte e sul, a prefeitura tente agora criar um colchão de segurança temporal, que beneficia justamente os atuais operadores, alvos de constantes reclamações da população.

A justificativa de uma transição segura perde sustentação diante dos registros históricos da própria cidade, visto que a última grande mudança contratual ocorrida há duas décadas foi concluída em cerca de sete meses, enquanto o cronograma original deste novo processo previa 90 dias para análise e 180 dias para a transição operacional.

Expandir esse prazo sem uma emergência técnica comprovada demonstra uma falta de urgência que ignora o sofrimento de quem perde horas nos pontos de ônibus ou viaja em condições precárias de higiene e segurança.

A prefeitura precisa ter a humildade de assumir as responsabilidades do certame que ela mesma propôs e executou, garantindo que o Consórcio Grande Campinas e a empresa Sancetur assumam suas funções dentro do período razoável estipulado inicialmente.

Manter o status quo por meio de prorrogações sucessivas é condenar a cidade ao atraso tecnológico e operacional, uma vez que o sistema atual não atende à demanda crescente de uma metrópole que exige integração, eficiência e respeito ao usuário. O argumento de que haverá cláusulas para encerrar a prorrogação, assim que as novas concessionárias estiverem aptas, é frágil, pois a existência da lei em si retira o incentivo político e administrativo para a agilidade do processo.

Os vereadores têm o dever de barrar essa extensão desmedida durante os debates e votações na Câmara sob o risco de se tornarem cúmplices de um sistema de transporte que sangra o bolso e o tempo do trabalhador campineiro.

A prefeitura deve parar de buscar saídas jurídicas para adiar o inevitável e focar todos os esforços em fiscalizar a saída das empresas reprovadas pelo público e a entrada imediata de quem venceu a licitação com a promessa de melhoria.

A cidade não suporta mais três anos de paliativos e desculpas burocráticas enquanto o transporte público permanece em estado de calamidade operacional visível a qualquer um que se atreva a utilizar o serviço fora dos gabinetes climatizados do poder público.

Opinião do leitor

A humildade

Ela é uma das características de uma pessoa sábia. O ministro do Supremo Tribunal Federal André Mendonça ao proferir um discurso recente, deu provas cabais de que é uma pessoa erudita e sensata, ao afirmar que um magistrado não pode ser uma estrela durante o julgamento num processo.

Luiz Felipe Schittini
Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: RENÚNCIA COLETIVA ESVAZIA A ACADEMIA BRASILEIRA DE IMPRENSA

As principais notícias do Correio da Manhã em 24 de março de 1931 foram: Morre o ministro do Supremo Tribunal Federal Leoni Ramos. Diretores e Conselheiros renunciaram aos mandatos na Associação Brasileira de Imprensa. Acidente

em Pisa mata os aviadores Maddalena, Cecconi e Da Monte. Handerson explica as políticas da Inglaterra para manter a paz mundial. Príncipe da Gales parte de Buenos Aires, na Argentina rumo a, Montevideu, no Uruguai.

HÁ 75 ANOS: TROPAS ALIADAS DOMINAM TODA A PARTE SUL DA PENÍNSULA COREANA

As principais notícias do Correio da Manhã em 24 de março de 1951 foram: Tropas Aliadas conseguem romper a última linha de defesa dos chineses na parte

sul da península coreana. Juventude alemã funda um partido independente, de causa operária. PTB paulista em crise política pelas rebeliões nos diretórios municipais.

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SR - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.